



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2014.0000048571

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0003099-25.2003.8.26.0405, da Comarca de Osasco, em que são apelantes JOSÉ PEREIRA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e MARIA DAS GRAÇAS GOMES DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado MARIA DOS SANTOS BORGES.

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores S. OSCAR FELTRIN (Presidente) e FRANCISCO THOMAZ.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2014.

Silvia Rocha
RELATOR
Assinatura Eletrônica

29ª Câmara de Direito Privado
Apelação com Revisão nº 0003099-25.2003.8.26.0405
1ª Vara Cível de Osasco (processo nº 405.01.2003.003099-5)
Apelante: José Pereira da Silva e outro
Apelada: Maria dos Santos Borges
Juiz de 1º Grau: Paulo Baccarat Filho
Voto nº 14330.

- Acidente de trânsito - Ação indenizatória - Ausência de prova de que a ré tenha agido com culpa no episódio, a determinar a improcedência do pedido - Inteligência do art. 333, I, do CPC - Recurso não provido.

Insurgem-se os autores, em ação de responsabilidade civil por danos morais e materiais, contra r. sentença que julgou o pedido improcedente. Inconformados, pedem a reforma da sentença, impugnando os depoimentos das testemunhas da apelada, imputando-lhe culpa pelo acidente e insistindo que ele ocorreu na forma narrada pela inicial, não tendo a apelada provado que atendeu à sinalização de parada obrigatória.

Recurso tempestivo. Sem preparo, porque os apelantes são beneficiários da justiça gratuita.

Houve resposta.

É o relatório.

Os autores, na inicial, genitores de vítima fatal de acidente de trânsito, narram que, no dia 14.02.2001, por volta das 17h30, Janailson Gomes da Silva conduzia motocicleta Honda CG 125, placa BSN2217, pela Avenida Ônix, sentido Osasco-São Paulo, quando foi atingido por veículo conduzido pela ré marca/modelo Marcopolo/Volare

tipo locação, ano 1999/2000, cor branca, placa CLJ5199, que trafegava pela rua Luiz Rink, altura do nº 736, e, inadvertidamente, adentrou a via expressa, sem obedecer à sinalização de parada obrigatória.

A ré, por outro lado, diz que ambos, ela e a vítima, vinham pela rua Luiz Rink. Quando a ré alcançou a Av. Onix, parou seu veículo, para observar e, como não vinham veículos, iniciou a travessia. A vítima, porém, tentou ultrapassar o veículo da ré pela direita e cortá-lo, para entrar a esquerda na avenida, mas não conseguiu realizar a manobra e causou a colisão.

As versões, opostas e conflitantes, sobre a causa do acidente, não puderam ser provadas pelos laudos juntados aos autos, do Instituto de Criminalística, que descrevem os danos sofridos pelos veículos envolvidos no acidente, pois eles poderiam ter origem tanto numa quanto na outra versão.

Foram ouvidas quatro testemunhas, duas de cada parte. As dos autores confirmaram a versão deles e as da ré a dela. Não foi possível apurar idoneidade maior de umas ou de outras nem quem estaria falseando a verdade.

As testemunhas da ré, como ela, são motoristas de perua escolar do mesmo colégio para o qual ela presta serviços. Poderia ser alegado, portanto, que eram amigos e tinham interesse em ajudá-la. Amizade relevante, porém, não foi provada nem foi de que eles se arriscariam a prestar falso testemunho, para auxiliá-la.

Das testemunhas dos autores, uma é dono de bar próximo ao local dos fatos e disse que estava do lado de fora, no momento da colisão, mas também é possível que não estivesse acompanhando a movimentação dos veículos, antes do acidente, e só tivesse assistido ao choque, quando, evidentemente, a atenção das pessoas que lá estavam foi chamada.

Assim também a segunda testemunha, um mecânico, que estava na porta de casa, que fica na esquina onde ocorreu o acidente, mas de seu depoimento no inquérito policial não há notícia nos autos, não se sabendo como foi identificado como testemunha.

Em suma, como dito, não é possível afirmar que as testemunhas presenciais dos autores são mais idôneas que as da ré ou vice-versa, razão pela qual não é possível concluir sobre como se deram os fatos, o que leva à improcedência do pedido, já que era dos autores o ônus de provar os fatos constitutivos do direito que alegaram.

Na esfera penal a ré foi absolvida por insuficiência de provas (fls. 175), o que só corrobora a conclusão de que inexistente prova adequada, suficiente e idônea que convença da causa do acidente que determinou a morte do filho dos autores, o que muito se lamenta.

Pelas razões expostas, nego provimento ao apelo.

SILVIA ROCHA
Relatora